

# **(Geo)políticas do conhecimento, racismo, privilégio e justiça epistêmica na Linguística Aplicada do Brasil**

*(Geo)politics of knowledge, racism, privilege  
and epistemic justice in Applied Linguistics in  
Brazil*

*(Geo)políticas del conocimiento, racismo,  
privilegio y justicia epistémica en Lingüística  
Aplicada en Brasil*

## **RESUMO**

Neste ensaio, analiso criticamente as (geo)políticas do conhecimento na Linguística Aplicada brasileira, destacando os efeitos dos racismos nas políticas acadêmicas da área. A partir de teorias críticas do Sul Global (Pennycook; Makoni, 2019), com ênfase na produção de intelectuais latinos e afro-indígenas brasileiros, aciono conceitos como dispositivo de racialidade (Carneiro, 2023), racismo epistêmico e justiça epistêmica (Orocó, 2021) e a crítica contra-colonial à institucionalização do conhecimento (Santos, 2023). Assim, invisto na exploração interpretativa de algumas políticas do conhecimento correntes no campo, a partir da observação de políticas de inclusão/exclusão nos domínios linguístico, editorial e institucional e das paisagens raciais, regionais e de classe delas decorrentes. A proposição final do texto enseja uma ruptura com a racionalidade colonial que vá além das agendas de temas de pesquisa, defendendo uma ética acadêmica inspirada na epistemologia de Xangô, visando enfrentar as injustiças epistêmicas presentes.

Palavras-chave: Racismo epistêmico; Justiça epistêmica; Linguística Aplicada; Sul Global.



Recebido em: 12 de março de 2025  
Aceito em: 23 de junho de 2025  
DOI: 10.26512/les.v26i1.58197

# **CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE**

*Papers on Language and Society*

**Danillo da Conceição Pereira Silva**

[danillo.silva@ifal.edu.br](mailto:danillo.silva@ifal.edu.br)

<https://orcid.org/0000-0002-5879-5999>

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Arapiraca,  
Alagoas, Brasil

# **ENSAIO**

## ABSTRACT

In this essay, I critically analyze the (geo)politics of knowledge in Brazilian Applied Linguistics, highlighting the effects of racism on academic policies in the field. Based on critical theories of the Global South (Pennycook; Makoni, 2019), with an emphasis on the production of Latin and Afro-indigenous Brazilian intellectuals, I use concepts such as the raciality device (Carneiro, 2023), epistemic racism and epistemic justice (Orocó, 2021) and the counter-colonial critique of the institutionalization of knowledge (Santos, 2023). Thus, I invest in the interpretative exploration of some current knowledge policies in the field, based on the observation of inclusion/exclusion policies in the linguistic, editorial and institutional domains and the racial, regional and class landscapes that result from them. The final proposition of the text calls for a break with colonial rationality that goes beyond the agendas of research topics, defending an academic ethic inspired by the epistemology of Xangô, with the aim of confronting the epistemic injustices present.

Keywords: Epistemic racism; Epistemic justice; Applied linguistics; Global South

## RESUMEN

En este ensayo, analizo críticamente la (geo)política del conocimiento en la Lingüística Aplicada brasileña, destacando los efectos del racismo en las políticas académicas del campo. A partir de teorías críticas del Sur Global (Pennycook; Makoni, 2019), con énfasis en la producción de intelectuales brasileños latinos y afro-indígenas, utilizo conceptos como el dispositivo de racialidad (Carneiro, 2023), racismo epistémico y justicia epistémica (Orocó, 2021) y la crítica contra-colonial de la institucionalización del conocimiento (Santos, 2023). Así, invierto en la exploración interpretativa de algunas políticas de conocimiento actuales en el campo, a partir de la observación de las políticas de inclusión/exclusión en los dominios lingüístico, editorial e institucional y de los paisajes raciales, regionales y de clase que resultan de ellas. La proposición final del texto apela a una ruptura con la racionalidad colonial que vaya más allá de las agendas de los temas de investigación, defendiendo una ética académica inspirada en la epistemología del Xangô, con el objetivo de enfrentar las injusticias epistémicas presentes.

Palabras clave: Racismo epistémico; Justicia epistémica; Lingüística aplicada; Sur global.

### Como citar:

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. (Geo)políticas do conhecimento, racismo, privilégio e justiça epistêmica na Linguística Aplicada do Brasil. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 331-346, jan./jun. 2025. Disponível em: . Acesso em: XXX.

### Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

### Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## INTRODUÇÃO

Neste ensaio<sup>1</sup>, proponho um exercício crítico e especulativo acerca da produção do conhecimento na Linguística Aplicada brasileira, com foco na geopolítica do saber (Maldonado-Torres, 2008) e nas dinâmicas de exclusão epistemológica que atravessam o campo. Ao refletir sobre as hierarquias raciais, regionais e epistêmicas que moldam as escolhas teóricas, metodológicas e pedagógicas na academia, busco desnaturalizar as práticas que mantêm a hegemonia do conhecimento oriundo do Norte Global e das instituições centralizadas no Sul e Sudeste do Brasil. Em linhas gerais, os apontamentos reunidos aqui emergem dos meus trânsitos acadêmicos por entre fronteiras regionais, linguísticas e enunciativas e dos efeitos corpo-políticos dessas trajetórias – e, certamente, das inquietações que elas me causaram.

A partir da crítica ao racismo epistêmico e ao privilégio epistêmico (Orocó, 2021), tento evidenciar como as epistemologias produzidas por sujeitos e territórios marginalizados — como os corpos racializados, periféricos, nordestinos, indígenas, quilombolas e outros — são sistematicamente deslegitimadas ou tratadas de forma secundária. Ao mesmo tempo, exploro as práticas e as políticas institucionais que reforçam essas assimetrias, destacando o papel dos fluxos materiais, simbólicos e morais na configuração do campo acadêmico, inescapavelmente implicada no dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023).

Apresento a epistemologia de Xangô como uma proposta contra-colonial (Santos, 2023), que busca romper com essas estruturas de poder, oferecendo uma alternativa baseada na ancestralidade, na sabedoria coletiva e no compromisso ético com as lutas contra a opressão e a marginalização. Ao me insurgir contra a neutralidade e universalidade do conhecimento acadêmico tradicional, esta proposta se coloca como um movimento que reconhece o saber encarnado e a centralidade da experiência vivida, especialmente de sujeitos historicamente silenciados.

Em minhas considerações finais, defendo a necessidade de uma reforma nas estruturas institucionais e acadêmicas, propondo a criação de espaços de poder e visibilidade para saberes afro-diaspóricos e indígenas, com vistas à reparação das injustiças epistêmicas. A implementação de um projeto coletivo de justiça epistêmica, baseado na ética de Xangô, é defendida como uma forma de romper com os colonialismos internos e criar uma verdadeira transformação na produção de conhecimento no Brasil.

### 1. (GEO)POLÍTICAS DO CONHECIMENTO, RACISMO E PRIVILÉGIO EPISTÊMICO

São muitas as contribuições dos estudos críticos da colonização e da colonialidade, como aqui estou chamando um grupo complexo e multifacetado de projetos intelectuais do Sul Global,

---

<sup>1</sup> Este ensaio revisita e materializa ideias discutidas durante minha fala em uma mesa-redonda do II Encontro Nacional de Linguística Aplicada, o II Enala (online), promovido pela Universidade Federal de Alagoas, em 2024.

que se dedicam a examinar e intervir no caráter estruturante das empreitadas coloniais nos territórios colonizados, para o campo da Linguística Aplicada. Essas contribuições são, em grande parte, relativas à construção de um espaço enunciativo que nos permita examinar as relações entre linguagem e sociedade fora (ou contra) narrativas sobre a vida, a história e a linguagem que coloquem o Norte Global como referências epistêmicas para nossas tarefas intelectuais. A partir desses espaços, então, tem emergido uma gama de estudos que se dedicam a criticar os efeitos constitutivos da violência colonial em diferentes sistemas semióticos e identitários, os quais nomeamos como gênero, raça, sexualidade, e, além disso, suas ressonâncias em distintos espaços e práticas institucionais, como a educação, a política, a literatura, entre outros.

Como se pode esperar, essa movimentação no campo da Linguística Aplicada não se deu de forma pacífica ou homogênea, mas foi resultante de processos de tensão e contestação em diferentes contextos. Afinal, questionar a validade universal, quase metafísica, dessa ou daquela teoria, ou pôr em xeque racionalidades cristalizadas nos modos de pensar a linguagem — e de fazer pesquisa acadêmica sobre ela — gerou um sem-número de disputas. Essas disputas, por sua vez, mais ou menos visíveis, mais ou menos sentidas, a depender de uma questão de localização e posicionalidade de quem se dedica a fazer essa Linguística Aplicada no fio da crítica à violência colonial.

Localização e posicionalidade são, assim, duas palavras-chave, para utilizar a alegoria de Santos (2023), fundamentais para os objetivos especulativos deste ensaio. Isso porque um elemento singular do pensamento propagado pelos estudos críticos da colonização e da colonialidade diz respeito ao fato de que uma operação intelectual básica da modernidade/colonialidade é o apagamento da relação entre localização geográfica e produção do conhecimento. Ou seja, integra o padrão de poder colonial uma violência específica que consiste em apagar a dimensão situada, ou territorializada, dos conhecimentos. Conforme explica Maldonado-Torres (2008), esse processo elide a dimensão geopolítica da produção do conhecimento, de modo a projetar uma neutralidade impossível para quem produz o conhecimento e, por consequência, para o conhecimento produzido.

De facto, exigem outras razões relevantes para explicar a alergia ao espaço enquanto factor filosófico provido de significado. Há questões referentes ao espaço e às relações geopolíticas que enfraquecem a ideia de um sujeito epistémico neutro, cujas reflexões não são mais do que a resposta aos constrangimentos desse domínio desprovido de espaço que é o universal. Tais questões também põem a descoberto as formas como os filósofos e os professores de filosofia tendem a afirmar as suas raízes numa região espiritual invariavelmente descrita em termos geopolíticos: a Europa. A ausência de reflexões sobre a geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento vai a par com a falta de reflexão crítica

quanto ao empenhamento da filosofia e dos filósofos ocidentais com a Europa enquanto local epistêmico privilegiado (Maldonado-Torres, 2008, p. 72-73).

Conforme destaca o autor, a “ausência de reflexões sobre a geopolítica e a espacialidade na produção de conhecimento” está diretamente ligada à naturalização de locais epistêmicos privilegiados, a partir dos quais são fabricados os “conhecimentos válidos” em termos universais. Ou seja, longe de ser fruto do acaso, essa elisão da dimensão situada do conhecimento serve à reprodução de hierarquias cristalizadas nessa seara. Mas, em que sentido seria possível dizer que conhecimentos são localizados? Há pelo menos duas formas distintas, porém interdependentes, de se responder a essa questão. Aqui, para fins de argumentação, nomearei tais sentidos como sendo, o primeiro, o sentido epistêmico da dimensão localizada do conhecimento, e o segundo, o sentido político da dimensão localizada do conhecimento.

No que tange ao sentido epistêmico, conhecimentos são localizados porque a condição de possibilidade de sua existência é a incompletude, uma vez que são sempre produções discursivas, fabricações de linguagem, eivadas de subjetividade — embora seja constante a sanha positivista para domesticar tal dimensão das práticas de produção do conhecimento. Dito de outro modo, conhecimentos são elaborações epistêmicas situadas — parciais — sobre uma parte da vida tomada como “objeto” ou “fenômeno” a ser conhecido. Nessa chave de leitura, todos os conhecimentos são produzidos segundo condições subjetivas específicas, o que a crítica decolonial tem chamado de locus de enunciação.

No que tange ao sentido político da dimensão localizada do conhecimento, o que se coloca em relevo é a ideia de que o sentido de universalidade, o valor de verdade, o efeito de autenticidade, ou a capacidade de capilarização e de circulação de um dado conhecimento estão intimamente ligados à dimensão geopolítica de sua produção. Longe de ser um elemento neutro, a dimensão territorial na qual os conhecimentos são produzidos atua para a fabricação de seu sentido de universalidade. E aqui, vale destacar: não estou reclamando uma leitura simplista da materialidade dessa localização, mas chamando a atenção para os efeitos das posições geográficas, que são também discursivas e políticas, das quais emergem os conhecimentos e o poder que esses conhecimentos chegam a haurir numa conjuntura hierarquizada de produção de conhecimentos.

É justamente em função desse sentido político da dimensão localizada do conhecimento que se torna inescapável, salvo em casos de cinismo racista, encarar que a produção do conhecimento no Brasil está submetida ao dispositivo que Sueli Carneiro (2023) nomeou como “dispositivo de racialidade”. Nesse sentido, “a racialidade é compreendida como noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder, conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação cuja articulação institui um dispositivo de poder” (Carneiro, 2023, p. 39-40). E, tal como segue discutindo a autora, em se tratando de um território fundado sob a violência colonial e sob o racismo comercial que corrompeu os marcos das

sociabilidades nacionais, há que se pensar que o racismo é então parte das equações de poder que conformam, selecionam, organizam e, em última análise, hierarquizam os conhecimentos segundo uma geopolítica específica — uma geopolítica racista.

Nesse projeto crítico acerca das relações entre conhecimento, geopolítica e racialização, as noções de “racismo epistêmico” e de “privilégio epistêmico”, como discutidas por Orocó (2021), afinam nossas perspectivas, especialmente por seu potencial em destacar a dimensão corporificada da produção dos conhecimentos. Ou seja, a localização geopolítica em jogo na produção da autoridade de um conhecimento é corporificada, uma vez que não está apartada dos corpos políticos (e da política dos corpos) que o produzem. Assim, “o racismo epistêmico não pode ser lido fora dessa estrutura de racializar corpos, histórias, saberes, sujeitos, [territórios], para sustentar o privilégio epistêmico, cultural, racial e material de certos grupos” (Orocó, 2021, p. 425, acréscimo meu). Nessa articulação entre territórios-corpos-saberes-sujeitos, em jogo na fabricação geopolítica da autoridade de um conhecimento, o privilégio epistêmico corresponde a um “conjunto de práticas que favorecem as formas de enunciar, ver o mundo e interpretá-lo dos grupos detentores de poder nos espaços de produção e difusão do conhecimento.”

Outro aspecto importante que a articulação entre essas duas miradas críticas nos fornece, especialmente para pensar a dimensão geopolítica do conhecimento como uma dimensão racializada, é o fato de que a dimensão material e simbólica dessas vantagens se retroalimentam na produção das posições hierarquizadas. Como destaca Orocó (2021, p. 425):

Esses grupos têm excessiva representação nos espaços escolar, acadêmico e institucional e a episteme hegemônica os ajuda a reproduzir seus privilégios na estrutura social. O privilégio epistêmico opera como capital epistêmico e manifesta seu poder por meio da produção de conhecimento que e circula e é reproduzido pela escola, pela historiografia, pela mídia e pelos diferentes espaços acadêmicos que apresentam como natural a visão de mundo, as práticas e a história da cultura europeia, branco-cêntrica, patriarcal e heteronormativa. Consequentemente, a distribuição dos cargos na estrutura social, bem como dos lugares sociais a serem ocupados no mundo, é organizada a partir desses privilégios e marcada pela aceitação “natural” desse conhecimento.

No sentido discutido pela autora, as engrenagens em jogo na relação entre racismo epistêmico e privilégio epistêmico nos permitem compreender a sobreposição do que aqui estou chamando de sentido epistêmico e de sentido político da dimensão localizada do conhecimento. Isso porque a fabricação e a naturalização de hierarquias na produção do conhecimento atuam simultânea e articuladamente com as dimensões epistêmicas e materiais envolvidas na localização geopolítica dos grupos que produzem o conhecimento — e nos próprios conhecimentos, numa economia epistêmica global.

Se considerarmos que parte importante da violência colonial se deu historicamente pelo apagamento, depreciação e extermínio dos saberes dos povos subjugados na empreitada colonial

brasileira, em especial africanos e indígenas, há que se pensar no papel político das ciências e das universidades como elementos do dispositivo da racialidade, investidos de uma missão epistemicida por excelência. Segundo Carneiro (2023), o epistemicídio, para além de um mecanismo poderoso de desqualificação das formas de conhecimento dos povos dominados, consiste também num processo de desqualificação desses mesmos povos, tanto individual quanto coletivamente, especialmente no que tange à sua capacidade de produzir conhecimento válido. No contexto das universidades brasileiras, enquanto espaços institucionais de produção do conhecimento válido segundo a racionalidade ocidentalizada vigente, o epistemicídio se manifesta de maneiras muito distintas e moduladas. Nesse sentido,

na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos mais à frente, se manifesta também no antagonismo entre discurso militante e discurso acadêmico, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade para o saber sobre o negro, enquanto o discurso do branco sobre o negro é legitimado. Via de regra, a produção branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. Isso fica manifesto nas referências bibliográficas utilizadas nas produções acadêmicas, nas quais figuram autores negros não brasileiros, e também no fato de que poucos intelectuais negros brasileiros alcançaram prestígio nacional e internacional (Carneiro, 2023, p. 82-23).

Em que pese o fato de a Linguística Aplicada (LA) brasileira constituir-se, via de regra, dentro das engrenagens e estruturas próprias das universidades brasileiras, seria no mínimo ingênuo supor que tal campo de produção do conhecimento estivesse desimplicado da dimensão epistêmica do dispositivo da racialidade, bem como das lógicas de racismo e privilégio epistêmico com as quais interage a geopolítica do conhecimento. Nesse sentido, seguindo o trabalho especulativo deste ensaio, na seção seguinte, argumento que submeter o mapa epistêmico da LA no Brasil a uma noção forte de geopolítica — ou seja, a uma noção de territorialização do conhecimento implicada com as dinâmicas de racismo e de privilégio epistêmico — tem efeitos importantes, que podem fornecer novas facetas para seu diálogo com os estudos críticos do colonialismo e da colonialidade praticados no Sul Global.

## **2. PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, GEOPOLÍTICAS E QUESTÕES INCÔMODAS NA LA**

Uma abordagem crítica da (geo)política do conhecimento na Linguística Aplicada brasileira permite, antes de tudo, explicitar a historicidade das hierarquias consolidadas entre diferentes sistemas de saber, especialmente quando analisamos as inter-relações entre espaço, poder e conhecimento. Apesar dos muitos esforços críticos em curso, a Linguística Aplicada brasileira não pode se eximir do desafio de virar o feitiço contra o feiticeiro — isto é, submeter o próprio campo,

que em muitos espaços hoje se reivindica “decolonial”, à radicalidade da crítica decolonial. Isso implica interrogar suas formulações conceituais, os critérios que definem o que é uma metodologia válida, suas políticas de inclusão e exclusão nos espaços institucionais e enunciativos, e os modelos éticos que direcionam sua produção de saber.

Trata-se de reconhecer — sem recorrer ao sadismo da culpa cristã — que a LA no Brasil, inclusive aquela que se autodeclara decolonial, segue reproduzindo lógicas hierarquizantes que atribuem às epistemologias (e à ética) do Norte um status de maior sofisticação, aplicabilidade ou neutralidade. Em contrapartida, os saberes do Sul — sobretudo os produzidos por sujeitos racializados e periféricos — continuam sendo marginalizados ou mobilizados apenas como exemplos ilustrativos, não como centros de enunciação teórica. Essa assimetria geopolítica e epistêmica atravessa nossas escolhas conceituais, modos de escrita, a legitimidade dos temas e os estilos de argumentação aceitos nos espaços de validação acadêmica do campo.

Além disso, uma leitura geopolítica do mapa epistêmico da LA brasileira nos permite evidenciar os fluxos materiais, simbólicos e morais que configuram certos domínios geopolíticos como centros privilegiados de enunciação e análise. Universidades, centros de pesquisa e publicações localizados em regiões específicas — sobretudo no Sul e no Sudeste, com forte intercâmbio com centros euro-americanos — tornam-se polos de autoridade epistêmica, atraindo recursos financeiros, visibilidade acadêmica e projeção internacional. Esse privilégio epistêmico se manifesta, ainda, na maior facilidade de acesso a editais, redes de colaboração, cargos de liderança e visibilidade institucional para certos sujeitos acadêmicos — especialmente brancos, heterossexuais, cristãos, de classe média, sudestinos e vinculados a instituições consolidadas.

Esse circuito de poder não apenas reproduz, mas intensifica o racismo epistêmico, ao construir sua legitimidade com base na invisibilização de conhecimentos que emergem de sujeitos e grupos posicionados em outras regiões geopolíticas, identitárias e enunciativas. Tal dinâmica de poder não é estranha à própria história de formação do país e seus imaginários de desenvolvimento intelectual, cultural e financeiro, haja vista a própria construção (material e simbólica) do Sudeste, por exemplo, com base na exploração, expropriação e espoliação (material e simbólica) dos sujeitos e regiões predominantemente afro-indígenas do país, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Ao mesmo tempo, essa lente crítica ajuda a desmistificar os mitos fundadores da Linguística Aplicada no Brasil, que narram, em incontáveis livros e artigos introdutórios sobre o campo, os eventos ligados à sua emergência sob uma retórica linearizante e desenvolvimentista. Essa retórica conta, de diferentes modos, como as produções intelectuais do Norte Global, denominadas como “Linguística Aplicada”, chegaram e se estabeleceram nas universidades do Sul/Sudeste e seguiram seu curso natural, sendo transmitidas de geração em geração. Assim, as agendas de pesquisa que hoje abundam em congressos da área, como gênero, raça, sexualidade, violências e afins, parecem ter sido fruto de um “amadurecimento natural” do campo.

Ora, em que medida a mudança das paisagens humanas das universidades brasileiras, especialmente raciais e de classe, consolidada nas últimas duas décadas em função da política de cotas<sup>2</sup> podem ser levadas em conta a fim desnaturalizar essas mitologias? Em que proporção programas de expansão universitária, a exemplo do Reuni<sup>3</sup>, bem como a criação dos Institutos Federais<sup>4</sup>, em 2008, democratizando o acesso à Educação Superior em territórios historicamente aliados pelo poder público, especialmente no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, ajudam a superar a naturalização exacerbada desses modos de narrar? E, em última análise, qual o efeito político de mitologizar a emergência da LA brasileira sem situá-la no cenário racial e de classe e, nele, em toda a gama de privilégios acadêmicos, culturais, simbólicos e linguísticos dos grupos brancos, urbanos e de classe média do Brasil dos anos 1980 e seguintes?

Nesse ponto, o que uma noção forte de geopolítica do conhecimento aplicada à LA brasileira faz, aliada às noções de racismo e privilégio epistêmico, é, por um lado, desnaturalizar as condições materiais e simbólicas dos grupos envolvidos na sua emergência e, por outro, destacar as transformações nas agendas de pesquisa como efeitos da atuação de micro e macropolíticas de grupos historicamente excluídos dos centros de enunciação e de seus privilégios. Nesse sentido, evidencia-se o papel dos fluxos transnacionais, das políticas linguísticas, das intervenções

---

<sup>2</sup>A Lei nº 12.711/2012, também conhecida como Lei de Cotas, estabelece que 50% das vagas em cursos de graduação das universidades e institutos federais devem ser reservadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, metade das vagas é destinada a candidatos com renda familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio, e a outra metade a candidatos com renda superior a esse valor. Além disso, as vagas são subdivididas de acordo com a proporção de pretos, pardos, indígenas e quilombolas na população de cada unidade da federação, conforme dados do IBGE.

<sup>3</sup>O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, teve como objetivo expandir o acesso ao ensino superior público no Brasil, com foco especial nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Durante o período de implementação do programa (2007–2012), foram criadas 18 novas universidades federais, sendo 12 delas localizadas nessas regiões: Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade da Integração Nacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal do Semiárido (UFERSA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Além disso, o programa investiu mais de R\$ 9 bilhões em infraestrutura, criação de vagas e assistência estudantil, visando interiorizar e democratizar o ensino superior nessas regiões. Essas ações foram fundamentais para ampliar a presença das universidades federais em territórios historicamente marginalizados, promovendo maior equidade no acesso à educação superior no país.

<sup>4</sup>A Lei nº 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Esses institutos resultaram da transformação ou integração de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas vinculadas a universidades. A criação dos IFs teve como objetivo expandir e interiorizar a oferta de educação profissional e tecnológica no Brasil, com especial atenção às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, historicamente menos assistidas por instituições de ensino superior públicas. Em 2024, a Rede Federal já contava com 685 unidades, sendo 705 campi de Institutos Federais, evidenciando a efetiva expansão e interiorização do ensino técnico e superior nessas regiões.

institucionais e das dinâmicas locais de poder na conformação da produção de saberes no campo da Linguística Aplicada no Brasil.

Esses fluxos e intervenções não operam de forma neutra, mas estão imersos em lógicas de hierarquização que afetam tanto a visibilidade quanto a legitimidade dos conhecimentos produzidos fora dos centros dominantes. O papel das políticas de cotas, por exemplo, e das iniciativas de inclusão na educação superior no Brasil, tem sido fundamental para transformar o cenário das universidades, promovendo a entrada de sujeitos e saberes que historicamente foram silenciados. No entanto, essa inclusão não ocorre de forma linear ou sem tensões; ao contrário, ela continua a ser mediada por mecanismos de poder que, muitas vezes, se imbricam com práticas de exclusão epistemológica e racial.

A análise das práticas institucionais e dos espaços de produção de saber também revela como certas epistemologias e metodologias são sistematicamente marginalizadas, ao passo que outras, mais alinhadas aos paradigmas do Norte Global, continuam a se manter no centro da produção acadêmica. A inclusão dos saberes do Sul, por exemplo, frequentemente se limita a uma subordinação ou a um papel de "exemplo ilustrativo", em vez de serem reconhecidos como fontes legítimas de teorização e análise crítica. Nesse cenário, os efeitos do privilégio epistêmico, alimentados por uma estrutura global de poder, continuam a moldar as dinâmicas de produção do conhecimento, garantindo que os saberes hegemônicos permaneçam no centro da validação acadêmica.

Essa análise da territorialização do campo da Linguística Aplicada, no entanto, não pode ser dissociada das omissões, silenciamentos e disputas por legitimidade que acompanham seu processo de consolidação. Embora se promova uma narrativa de "naturalização" das agendas de pesquisa, uma compreensão geopolítica do campo nos permite perceber que as mudanças nas agendas, como a crescente atenção a temas de gênero, raça, sexualidade e violência, não são fruto de um "amadurecimento" linear, mas da atuação de grupos marginalizados que, historicamente, buscavam (e ainda buscam) romper com os paradigmas dominantes e estabelecer novos centros de enunciação.

Por fim, *virar o feitiço contra o feitiço*, como venho argumentando, permite racializar e regionalizar os fluxos que possibilitaram a emergência e consolidação do campo, ao evidenciar como certas corporalidades, vozes e territórios foram sistematicamente deslegitimados. A construção de discursos fundadores na Linguística Aplicada muitas vezes se apresenta como neutra e universal, mas carrega implícita uma geografia racializada, centrada em corpos brancos, urbanos e de classe média. A desnaturalização desses discursos é fundamental para desestabilizar os centros de prestígio epistêmico, frequentemente localizados em regiões economicamente privilegiadas do país, e fortemente alinhados aos paradigmas conceituais eurocêntricos. A partir disso, abre-se espaço para um projeto ético-político comprometido com a justiça epistêmica e com a revalorização das vozes periféricas.

Nesse sentido, confluindo com aquilo que Nêgo Bispo chamou de “guerra das denominações”, ou seja, “o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Santos, 2023, p. 3), minha proposta segue no movimento de mobilizar cosmologias que desafiem as lógicas coloniais. Ao invés de continuar a alimentar um campo da Linguística Aplicada ainda preso aos moldes epistemológicos do Norte Global, a crítica radical decolonial propõe não só a reconfiguração dos termos e categorias, mas também a inserção de novas ontologias e epistemologias, ligadas aos saberes produzidos no Sul Global. Isso, portanto, se configura como um passo importante para um enfrentamento mais efetivo do colonialismo na Linguística Aplicada contemporânea, rompendo com o ciclo de reprodução de desigualdades epistêmicas que ainda marcam o campo.

### **3. ALÉM DA POLÍTICA DOS TEMAS: UMA ÉTICA ACADÊMICA PARA A LA INSPIRADA NA EPISTEMOLOGIA DA JUSTIÇA DE XANGÔ**

Em face das assimetrias persistentes que atravessam a produção do conhecimento na Linguística Aplicada brasileira — marcadas por hierarquias raciais, regionais e epistêmicas —, é necessário mobilizar referências teóricas que não apenas denunciem o epistemicídio, mas que também afirmem outras formas de saber, baseadas em princípios éticos, ancestrais e comunitários. É nesse horizonte que se inscreve a *epistemologia de Xangô*, uma proposição contra-colonial ancorada nas cosmovisões afro-diaspóricas, especialmente na sabedoria dos povos de terreiro. Diferente das lógicas eurocentradas que sustentam a ideia de conhecimento neutro, universal e descolado dos corpos que o enunciam, a epistemologia de Xangô propõe um saber encarnado, que julga com justiça, escuta com responsabilidade e atua com compromisso ético com os oprimidos, distante do princípio epistemológico da justiça imparcial ocidental, como em Temis<sup>5</sup>.

Xangô, orixá<sup>6</sup> do trovão, do fogo, da palavra e da justiça, figura como símbolo de uma ética do discernimento que não se baseia em abstrações, mas na escuta de múltiplas vozes e na busca por equilíbrio entre forças e verdades diversas (Verger, 2012). Como afirma São Bernardo (2016), essa epistemologia nos convoca a romper com a racionalidade colonial que separa corpo e mente, ética e conhecimento, razão e afetividade. Ao valorizar o saber que emerge da experiência, da

---

<sup>5</sup>Têmis é a deusa da justiça na mitologia grega, representada com os olhos vendados, balança e espada, simbolizando imparcialidade e equidade. Sua imagem é um ícone da justiça nos sistemas jurídicos ocidentais, mas tem sido criticada por sua ênfase na neutralidade, sem considerar as desigualdades estruturais. Em contraposição, a epistemologia de Xangô propõe uma justiça mais situada e relacional, que vai além da razão abstrata, incorporando a escuta, a memória e o julgamento comunitário.

<sup>6</sup>Neste ensaio, assim como numa vasta produção da intelectualidade negra brasileira, os Orixás não são apenas “deuses” ou seres “míticos” de um panteão religioso específico, mas são também princípios filosóficos, éticos, epistemológicos, morais e cosmológicos que integram a cosmoperpeção afrodiaspórica.

oralidade, da ancestralidade e da vivência coletiva, a epistemologia de Xangô propõe reconfigurar os critérios de legitimidade epistêmica, promovendo uma escuta radical dos corpos-sujeitos-territórios historicamente silenciados, como os corpos racializados, periféricos, nordestinos, trans, indígenas e quilombolas. Mais do que uma metáfora ou invocação simbólica, essa epistemologia se configura como um princípio político para a reconstrução do campo.

Um dos principais efeitos de um projeto de justiça epistêmica para a Linguística Aplicada brasileira, ancorado na justiça de Xangô, é deslocar a "de(s)colonialidade" do plano dos temas de pesquisa para o da práxis cotidiana nos espaços institucionais. Isso envolve questionar os fluxos de poder que permeiam a academia "branca e progressista", suas práticas salvíficas e lógicas que, muitas vezes, veem na representatividade simbólica dos grupos subalternizados um modo de acomodar suas reivindicações sem promover alterações estruturais nos fluxos institucionais e na produção do conhecimento, frequentemente orientados pela reprodução de privilégios epistêmicos.

A epistemologia de Xangô se inscreve numa ética da justiça relacional e comunitária, que valoriza as experiências vividas dos sujeitos racializados e marginalizados. Ela é fundamentada nas práticas de sabedoria ancestral dos povos de terreiro, que resistem ao colonialismo, às violências simbólicas e materiais, e à imposição de epistemologias alheias aos seus modos de vida.

Ao contrário das epistemologias dominantes, que separam corpo e mente, saber e poder, a epistemologia de Xangô reconhece que o conhecimento é um processo incorporado, que atravessa as relações cotidianas, as histórias de luta e as resistências das comunidades afro-diaspóricas. Assim, ela propõe um modo de fazer ciência que é, em si, uma prática de cura e transformação social, revalorizando o saber ancestral e oferecendo uma crítica radical ao modelo científico tradicional, que exclui e marginaliza. Esse saber não deve ser tratado como uma narrativa alternativa ou secundária aos modelos eurocêntricos, mas como uma epistemologia com capacidade crítica e transformadora. Ela questiona a hegemonia das formas de saber que mantêm o status quo de exclusão e opressão, buscando, fundamentalmente, subverter os paradigmas estabelecidos e abrir caminho para um conhecimento emancipador, baseado em princípios de justiça social, responsabilidade coletiva e compromisso com as lutas contra as diversas formas de violência e desigualdade.

No contexto da Linguística Aplicada, isso implica uma ampliação da diversidade epistemológica e uma reconfiguração das práticas acadêmicas, dos conceitos, metodologias e normas de validação do saber. A epistemologia de Xangô desafia a concepção de neutralidade e universalidade predominante na produção acadêmica, reconhecendo a centralidade da experiência vivida e do conhecimento encarnado. Ela questiona a ideia de que há um único caminho válido para a produção do saber, e que os conhecimentos do Sul Global, das periferias e das comunidades afro-diaspóricas são meros complementos ou ilustrações do saber dominante.

Essa proposta envolve um compromisso ético com a descolonização do conhecimento, que vai além da crítica às estruturas de poder existentes e busca construir novas formas de produção e

legitimação do saber, pautadas na diversidade, justiça e responsabilidade social. Ao adotar essa epistemologia contra-colonial, a Linguística Aplicada brasileira não só reivindica uma pluralidade de vozes e saberes, mas também abre espaço para uma ciência verdadeiramente transformadora, que dialoga com os sujeitos e as comunidades historicamente silenciados e marginalizados. Essa noção de epistemologia se insere numa crítica radical às hierarquias epistêmicas, propondo não apenas a ampliação dos campos de conhecimento, mas a reformulação dos próprios critérios de validação e legitimação do saber, incorporando uma ética comprometida com as lutas sociais e a justiça epistêmica.

Nesse sentido, algumas *perguntas-oxê*<sup>7</sup>, diretamente ligadas aos modos de produção/validação do conhecimento acadêmico na Linguística Aplicada, podem nos ajudar nesse trabalho:

*Como nossas políticas (pactos?) de citação colaboram com processos de invisibilização e de esquecimentos sistêmicos de certos conhecimentos-corpos-territórios fora dos centros?*

*Qual a composição racial, de gênero, regional e linguística das programações dos nossos eventos de área?*

*Qual o lugar epistêmico e político que os “sujeitos pesquisados”, das nossas pesquisas sobre “temas” decoloniais ocupam na fabricação dos nossos textos e nas lógicas de autorização discursiva em nosso campo?*

*Que modos de organização do discurso, ou gêneros, elas privilegiam e tomam como válidas para a produção do saber acadêmico em LA?*

*Que barreiras de raça e de classe são projetadas pelas muitas bibliografias das disciplinas em LA e sua insistência no mito do inglês como língua franca e na superioridade, hegemonia ou canonicidade da produção intelectual (branca, cisgênera, heterossexual e cristã) de certas composições regionais do Norte Global - ou do Norte Nacional, digamos assim?*

*Quais linhas de inclusão-exclusão os preços das nossas atividades acadêmicas produzem, em que pese tanto a condição de precariedade da massa popular que faz ciência em nosso país, estudantes de pós-graduação, quanto a dimensão estrutural do desfinanciamento da educação e da pesquisa das instituições públicas?*

*Em última análise, como habitar tempo-espacos projetados para a branquitude cis-heterossexual, tais como aqueles da universidade e da produção do conhecimento científico, sem ceder às lógicas do extrativismo, da exploração e da espoliação nos escambos acadêmicos?*

Inserir Xangô nos debates da Linguística Aplicada é tensionar as fundações coloniais que sustentam o privilégio epistêmico e propor a justiça como princípio ético que nos obrigue não apenas a escutar saberes historicamente subalternizados, mas a atuar para o desmonte das lógicas materiais, institucionais e simbólicas que garantiram a condição de subalternidade desses grupos.

<sup>7</sup> O *oxê* é o machado duplo simbólico de Xangô, orixá da justiça no candomblé; representa seu poder soberano, associado à verdade, ao equilíbrio e à aplicação justa da lei divina.

Essa proposta não é conciliadora como espera a ética liberal onipresente no mundo ocidentalizado — ela é incendiária, no melhor sentido: como o trovão, rompe o silêncio dos céus e abre espaço para novas formas de dizer, pensar e viver o conhecimento.

Nesse sentido, radicalizar a crítica decolonial na LA do Brasil compreende uma recusa a qualquer privilégio material, simbólico, institucional, editorial da branquitude, o que significa, em primeiro lugar reconhecer a implicação das lógicas acadêmicas que constituem o nosso campo no dispositivo da racialidade (Carneiro, 2013) e nos jogos dos racismos e dos privilégios epistêmicos (Orocó, 2021), os quais constituem a base material e simbólica da geopolítica do conhecimento (Maldonado-Torres, 2006). Ou seja, reconhecer, nomear e combater processos de hierarquização de conhecimentos, saberes e sujeitos com base em classificações raciais, por vezes subsumidas em rótulos mais palatáveis ao *ethos* liberal-progressista-inclusivo da academia. Como discute Bonfim (2021), “descolonizar aqui tem a ver principalmente com uma tomada de posição de linguistas aplicadas/os (...) cercada necessidade de se racializar as práticas linguísticas que servem, entre outras coisas, para manter o privilégio material e simbólico da branquitude sobre negras/os”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao cabo dessas reflexões, é fundamental reconhecer que a proposta da epistemologia de Xangô se inscreve dentro de uma crítica ampla à geopolítica do conhecimento, que continua a reproduzir as assimetrias de poder e de saber, tanto no plano local quanto no global. Ao evidenciar os efeitos do epistemicídio, a epistemologia de Xangô se posiciona contra a marginalização sistemática dos saberes oriundos de grupos racializados, periféricos e das comunidades afro-diaspóricas, que são historicamente excluídos das esferas de autoridade epistêmica. Nesse contexto, a proposta de uma epistemologia contra-colonial abre caminho para uma reformulação das práticas acadêmicas e das hierarquias epistêmicas que sustentam o privilégio do saber eurocêntrico, mantendo uma estrutura de poder excludente e expropriadora.

A geopolítica do conhecimento, ao reafirmar os privilégios epistêmicos das regiões e dos sujeitos alinhados aos paradigmas dominantes, fortalece a perpetuação do racismo epistêmico, que legitima a ideia de que certos saberes são mais válidos, neutros ou universais do que outros. A epistemologia de Xangô, ao revalorizar as epistemologias do Sul Global e as sabedorias ancestrais, desafia esse modelo colonial de produção de conhecimento, propondo uma alternativa que não apenas denuncia as hierarquias, mas também oferece novas formas de legitimação, mais justas e responsivas às necessidades das comunidades historicamente marginalizadas. Essa proposta não apenas amplia a diversidade epistemológica no campo da Linguística Aplicada, mas também aponta para a necessidade de se romper com as lógicas de exclusão que ainda prevalecem nas práticas institucionais.

Ao integrar uma crítica radical ao privilégio epistêmico e ao racismo epistêmico, a epistemologia de Xangô se torna um instrumento poderoso para a descolonização do conhecimento. Ela convida a Linguística Aplicada brasileira a repensar suas bases teóricas e metodológicas, a partir de um compromisso ético que reconhece a centralidade das vivências e das experiências de luta das comunidades marginalizadas. A transformação dos critérios de validação e das práticas acadêmicas, pautadas pela justiça social e pela responsabilidade coletiva, é, portanto, um passo imprescindível para construir uma ciência mais justa e emancipatória, que não apenas se distinga do paradigma eurocêntrico, mas que, efetivamente, dialogue com os saberes que têm sido historicamente silenciados e invisibilizados.

Por fim, precisamos de uma política de democratização dos espaços de poder e de visibilidade nas associações científicas, nos eventos acadêmicos, nas publicações e em outras plataformas de legitimação do conhecimento como uma política de reparação frente ao racismo epistêmico que asfixia, apaga e inferioriza a produção intelectual de pessoas e instituições de territórios afro-indígenas do Brasil, especialmente do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Precisamos de um projeto coletivo de justiça epistêmica para a Linguística Aplicada do Brasil, baseado na justiça de Xangô, o qual rompa com os colonialismos internos e suas práticas de extrativismo, exploração e espoliação intelectual, as quais relegam nossos saberes às cozinhas dos sobrados dos grandes engenhos acadêmicos, suas sinhás e seus senhores.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 431 p.

BONFIM, Marco A. Por uma Linguística Aplicada antirracista, descolonial e militante: racismo e branquitude e seus efeitos sociais. *Lingu@ Nostr@*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 157-178, jan/jul. 2021.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 80, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/695>. Acesso em: 1 out. 2012. DOI: 10.4000/rccs.695.

OROCÓ LOANGO, A. O racismo e a hegemonia do privilégio epistêmico. *Revista de Filosofia Aurora*, v. 33, n. 59, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.059.DS05>. Acesso em: 12 mai. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás*. Salvador: Corrupio, 2002.

## O AUTOR

### Danillo da Conceição Pereira Silva

É professor de Língua Portuguesa e Linguística Aplicada do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Campus Arapiraca, onde atua na Educação Básica; na licenciatura em Letras e na Pós-Graduação em Linguagem e Práticas Sociais. Atualmente, ocupa a função de Coordenador de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPI) do IFAL, sendo o responsável pela gestão sistêmica da formação de pessoal de nível superior, no âmbito dos cursos de mestrado, de doutorado e de especialização da instituição. Obteve os títulos de Doutor (2022) e Mestre (2017) em Letras (Linguística Aplicada) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Realizou estágio de investigação doutoral no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PIPGLA/UFRJ), em 2021, e foi pesquisador visitante (Visiting Scholar) junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), Portugal (2021-2022). É especialista em Educação em Gênero e Direitos Humanos pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Integra associações científica nacionais e internacionais, a exemplo da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as (Abpn), da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso (ALED), da Internacional Gender and Language Association (IGALA), da Comissão de Inclusão, Igualdade e Diversidade da Associação Brasileira de Linguística (CIID/Abralin), do Observatório das Relações Raciais no Ensino de Línguas (ORREL), do Grupo de Trabalho Práticas Identitárias na Linguística Aplicada da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), da qual é membro da diretoria vigente (2023-2025), na condição de Primeiro Secretário. Atua como Editor Associado do periódico Trabalhos em Linguística Aplicada da Unicamp (TLA/SciELO). É líder do Nexus Lab - Laboratório de Pesquisa em Linguística Aplicada e Sociedade (IFAL/CNPq) e vice-coordenador do Nuredis - Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (Proen/IFAL), a partir dos quais têm atuado na formação de professores/as e de pesquisadores/as na graduação e na pós-graduação, incluindo sua participação em programas nacionais fomentados por respeitadas agências de financiamento (CAPES, CNPq e FAPEAL), tais como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) e o Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Suas pesquisas, situadas na Linguística Aplicada, concentram-se no campo dos estudos críticos de linguagem, gênero, raça e sexualidade; das relações entre discurso, desigualdades, violências e marcadores sociais da diferença; das articulações entre formação de professores, educação linguística, direitos humanos e justiça social.